



Cuadernos de Ilustración y Romanticismo

Revista Digital del Grupo de Estudios del Siglo XVIII

Universidad de Cádiz / ISSN: 2173-0687

nº 17 (2011)

BRASIL: QUANDO UM PAÍS ESTÁ À PROCURA DE UMA LÍNGUA NACIONAL

Pierre GUIBAN

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Recibido: 14-02-2011 / Revisado: 26-05-2011

Aceptado: 13-10-2011 / Publicado: 24-10-2011

RESUMO: Serão primeiramente examinadas as posições respectivas das línguas indígenas, da Língua Geral e da língua portuguesa na história do Brasil, assim como as causas do distanciamento das variantes européias e brasileiras do português. Consideraremos os papéis da deriva românica e da modalidade escrita *standard* na manutenção de traços conservadores ou, ao contrário, no surgimento de inovações. Levantaremos a respeito uma hipótese sobre as conseqüências morfossintáticas decorrentes do surgimento da tonicidade significativa nas línguas românicas, substituindo as oposições de duração vocálica do latim. Concluiremos enfim comentando a dificuldade de se instrumentalizar a língua na construção da identidade nacional brasileira.

PALABRAS CLAVE: língua geral, língua nacional, identidade nacional, deslocamento morfológico

BRAZIL: A COUNTRY IN SEARCH OF A *LÍNGUA NACIONAL*

ABSTRACT: Firstly, the situation of different native American languages will be examined: the Portuguese *Língua Geral* in the history of Brazil related to deviation of Brazilian and Portuguese varieties. We consider the roles of Romance and written standard deviation in the maintenance of conservative features or, on the contrary, in the development of innovations. We formulate a hypothesis about the morphosyntactic consequences derived from the appearance of tonic elements in Romance languages in favour of the latin vowel length. Finally, we discuss the difficulties in instrumentalizing the language in the construction of Brazilian identity.

KEYWORDS: *Língua Geral*, *Língua Nacional*, National Identity, Morphemic Dislocation

A REALIDADE LINGÜÍSTICA DO PAÍS ATÉ O FINAL DO SÉCULO XVII

Ao contrário do que geralmente se pensa, a língua portuguesa, nos tempos das colônias, não era a língua mais falada nas colônias portuguesas da América do Sul, ou seja, no Brasil e no Grão Pará, terras que compõem o Brasil de hoje. Podemos até dizer, sem exagerar muito, que o português era falado apenas nas ruas das duas cidades verdadeiramente portuguesas, São Sebastião do Rio de Janeiro e Salvador da Bahia, os grandes portos exportadores de ouro, de pedras preciosas, de açúcar, e importadores de produtos manufaturados e sobretudo de mão-de-obra escrava. Ao se disseminarem para o interior das terras, os colonos, aventureiros e viajantes em geral, se viam rapidamente na obrigação de adotar a *koiné* de base lexical tupi de uso geral, a chamada *língua geral*.

Não podemos esquecer que não havia nenhuma escola na totalidade do território que chamamos hoje de Brasil. O Brasil de então —isto é, os dois terços meridionais do Brasil atual— era dividido em capitanias que, a partir de determinada porção da costa atlântica, projetavam uma faixa perpendicular, em linha reta, para o interior. Esses territórios eram verdadeiramente propriedades particulares outorgadas pelo Rei de Portugal, e, portanto, não desfrutavam de nenhuma prerrogativa das quais um Estado habitualmente goza. Assim sendo, essas capitanias eram meros quintais para serem explorados, sem nenhuma política outra do que a pilhagem sistemática das terras. Pouca agricultura, fora a da cana-de-açúcar, e nenhuma rede educacional.

A situação não era diferente no Grão-Pará (o terço setentrional do Brasil moderno), cuja capital era Belém, na boca do rio Amazonas. Entretanto, tratava-se da apanagem do príncipe herdeiro da coroa portuguesa; porém, a língua portuguesa era ainda menos em uso na cidade de Belém do que nas cidades do Sul.

A EMERGÊNCIA DA LÍNGUA GERAL

Entretanto, nessas terras onde dominava uma forma um tanto anárquica de pilhagem de riquezas, coexistiam algumas formas de projetos como o da evangelização dos «selvagens», com a presença em particular dos jesuítas, tolerados pelo poder, embora nem sempre vistos com bons olhos. O plano jesuíta inclui a tradução em língua popular dos evangelhos. Ora, de fato, para tal projeto vingar, havia de inventar uma modalidade escrita para esta língua popular. No fundo, estamos na frente dos mesmos problemas que tinham encontrado no século anterior na Europa os grandes reformadores da religião, como Martin Luther, Jean Calvin ou John Knox: como se traduzir a Bíblia numa língua compreensível pelo povo, enquanto não há modalidade escrita popular oficial, e quando a realidade lingüística é constituída de uma multidão de dialetos cujas diferenças tornam a intercompreensão problemática.

A solução encontrada foi mais ou menos a mesma: criar uma língua escrita média, que não fosse língua materna de ninguém, ou seja, nos casos citados, o *Hochdeutsch* da Bíblia impressa graças à recente invenção de Gutenberg, o francês que viria a ser chamado de *français de la Cour*, ou essa modalidade de tupí médio dito *Língua Geral*. Assim como em muitos países da Europa, um mosaico de variantes regionais passou a conviver com uma variante criada para servir de modalidade escrita, própria para ser difundida através da recente invenção da imprensa e da tipografia, numa economia de escala que permitisse a emergência de uma das primeiras indústrias capitalistas, a do livro impresso. Assim sendo, a *Língua Geral* tinha tudo para se tornar a verdadeira língua nacional do Brasil, com o seu papel identitária na emergência de um nacionalismo comparável aos das nações européias, em processo de nascimento e de consolidação.

Entretanto, a *Língua Geral* sobrevive hoje em dia numa forma crioulezada, no norte do país, com o *nheengatu*.¹ Mas, de qualquer modo, a decisão tomada pelo marquês de Pombal de expulsar os jesuítas e de impor uma educação laica² em português contribuiu para que o Brasil fosse considerado, até recentemente, como um país unilíngüe, caracterizado com apenas uma língua nacional.

A DECISÃO DO MARQUÊS DE POMBAL, E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com as suas medidas, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro do Rei de Portugal nessa segunda metade do século XVIII, conseguiu inviabilizar a promoção da *Língua Geral* à posição de língua nacional no Brasil. Ao expulsar os Jesuítas de Portugal e das colônias, ele conseguiu postergar as primeiras veleidades independentistas que afluíam no Brasil. Sobretudo, eliminou as instituições educacionais que promoviam uma língua própria que pudesse constituir uma força para as reivindicações nacionais de um Brasil independente. A partir de então, a língua portuguesa passou a ser a única candidata ao *status* de língua nacional e de modalidade escrita.

A história dos cinco últimos séculos mostra quanto a emergência dos Estados nacionais na Europa está intimamente ligada, a partir do Renascimento e da ascensão da burguesia europeia, com o surgimento do livro impresso, da criação de línguas escritas —sejam elas românicas ou germânicas— em substituição do latim, da crise da Reforma religiosa e da tentativa do antídoto da Contra-Reforma e dos seus servidores, os jesuítas, e enfim, *last but not least*, da afirmação das normas escritas como línguas nacionais portadoras dos novos valores identitários.³

Nessa perspectiva, houve de fato uma tentativa de salvar um império português em frangalhos, com o adiamento da realização de independência no caso do Brasil. Entretanto, pode-se dizer, de modo um tanto solene e quase ridiculamente enfático que o freio imposto à marcha da história não ia conseguir reverter o curso do destino... Mas a língua da ex-colônia acabou não sendo um tupi na sua versão da *língua geral*, mas um português numa variante que seria própria do Brasil, um tanto distante do português europeu.

AS VARIANTES REGIONAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A SUA FORMAÇÃO E O SEU FUTURO

Apesar da imensidão do seu território, no que diz respeito às realizações da língua portuguesa, o Brasil mostra uma homogeneidade muito maior do que o Portugal, cuja superfície de 92 100 km² é equivalente a apenas um pouco mais de 1 % do território de Brasil, de 8.547.404 km². O que aparece como sendo um paradoxo se explica justamente pela longa história da presença do latim na península ibérica, que, ao longo dos dois milênios, teve contatos com os celtiberos locais, com os fenícios e cartagenenses aí já instalados, com os gregos comerciantes, com os vândalos, os visigodos, os bereberes, os árabes. Tais contatos determinaram mudanças e variações que resultaram numa multidão de variantes, de dialetos e de línguas neolatinas, o que contrasta com a situação do Brasil,

¹ O *nheengatu* sobrevive em algumas partes da Amazônia. Para maior esclarecimento a respeito da história e da situação atual desta língua, consultar Freire (2004).

² O marquês de Pombal, primeiro-ministro chefe do governo português no século XVIII, é geralmente considerado como um tirano nos livros de história brasileiros, enquanto em Portugal passa a ser um bemfeitor da humanidade, por ter, entre outros feitos, favorecido a democratização da escola. Laico, com um discurso fundamentado no iluminismo, porém um ideólogo do colonialismo, tudo indica que ele assumia as duas faces da mesma moeda.

³ Consultar a respeito Anderson (1987) e Auroux (1992)

onde, apesar das variações regionais, a grande homogeneidade da língua portuguesa, nas suas variantes sociais, não deixa de ser notável.

Se o território brasileiro abriga populações de línguas mas diversas, sejam elas indígenas —da família tupi ou gê, principalmente— ou de imigrantes portugueses, espanhóis, alemães, italianos, suíços, japoneses, russos, entre muitos outros, a língua portuguesa adotada pelos seus descendentes, apresenta uma variabilidade muito restrita, quando comparada com aquela encontrada no diminuto território de Portugal.

Tal relativa homogeneidade geográfica, que se encontra, aliás, em todos os níveis de variabilidade social da língua, não deixa de reforçar a tese da consolidação relativamente recente da língua portuguesa no país, quando veio substituir definitivamente a língua geral, essa *koiné* tupi de uso generalizado em maior parte do Brasil.

AS MUDANÇAS E AS VARIAÇÕES OBSERVADAS NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL

Naturalmente, apesar da relativa homogeneidade observada, o português no Brasil exhibe realizações diversas, variantes regionais ou socioletais, que são o fruto de contatos com as línguas mas diversas; assim acabam resultando de outros fenômenos sociolingüísticos, que podem também ser de natureza representacional ou identitária, por exemplo. Além disso, a dita deriva lingüística exerce a sua função transformadora, embora em ritmo diferente segundo as situações, e sobretudo bastante afastada da deriva tal como a encontramos em Portugal.

Veremos que a deriva da língua no Brasil, por não ser tão «reprimida» institucionalmente por escolas ou normas tidas como corretas, conseguiu realizar mudanças que existem também em línguas românicas que se distanciaram mais do latim popular, como o francês. Assim sendo, temos no Brasil uns fatores aceleradores da deriva, ou, seria mais correto dizer, uma relativa ausência dos freios tradicionais da deriva que são de natureza institucional —escolas, presença forte da modalidade escrita, com imprensa, livros, atividades comerciais urbanas, por exemplo.

Porém, convém mencionar que existem em Portugal outros fatores que podem favorecer a mudança, que inexistem no Brasil, como por exemplo a presença forte de dialetos regionais, de Algarves à Galícia. De fato, a língua portuguesa do Brasil se encontra num contexto de isolamento relativo, e os fenômenos de contato somente ocorrem com línguas bastante diferentes, como as línguas indígenas, ou as línguas maternas de imigrantes alemães, poloneses, japoneses, por exemplo. Assim se explica a manutenção no Brasil de traços que poderiam ser considerados como «arcaizantes». Paradoxalmente, portanto, as variantes brasileiras e européias podem apresentar traços, ora inovadores, ora conservadores, relativamente uma a outra.

Para ilustrar com exemplo, o uso do gerúndio constitui uma característica atual do português falado no Brasil, enquanto em Portugal se difundiu amplamente o uso do infinitiva, antecedido da preposição «a». Uma forma como «*o artigo que estou a escrever*» soa no Brasil como um modo de debochar a maneira portuguesa de falar a língua, enquanto «*o artigo que estou escrevendo*», forma normal no Brasil, se torna relativamente rara hoje em dia em Portugal. Entretanto, a forma infinitiva é uma criação recente, que veio a se impor no decorrer do século XIX. No entanto, poucos falantes são realmente conscientes de que a forma inovadora é a do infinitivo, por mais que seja sentida como conservadora, pelo simples fato de ser usada no «velho» continente, ou seja, na Europa.

A FORÇA DA MODALIDADE ORAL NO BRASIL

Sabemos que a modalidade oral constitui o vetor da mudança numa língua, enquanto a modalidade escrita, pela sua natureza, é conservadora e guardiã da língua considerada como «bela e correta». Embora, com as mudanças recentes das funções respectivas das duas modalidades, veremos que não há mais exatamente uma verdade definitiva. «*Verba volant, scripta manent*» constitui uma asserção anacrônica nos dias de hoje, com os avanços tecnológicos do século xx, que inventou a gravação do som, e o *chat* na Internet, de modo que seria legítimo se perguntar se não seria o caso de se inverter a afirmação: «*scripta volant, verba manent*»!

Uma diferença marcante entre o português europeu e o brasileiro, que se percebe de imediato, é de natureza prosódica. A tendência ao apagamento das vogais pretônicas e pós-tônicas ocasionou uma redução silábica considerável, de modo que, por exemplo, os alexandrinos do modelo clássico das *Lusíadas*, de Camões, ao serem declamada de acordo com o ritmo da prosódia moderna portuguesa, se tornam «capengas», ou seja, incompletos, enquanto, quando ditos por um brasileiro que segue o seu hábito silábico, esses mesmos versos recuperam o seu equilíbrio original antigo.

Nesse caso, a força da modalidade oral brasileira foi de impor o seu conservadorismo, face a umas mudanças inovadoras ocorridas na antiga metrópole.

Porém, sob outros aspectos, essa mesma modalidade oral do Brasil demonstra a sua força inovadora, conforme já aludimos acima. A relativa ausência de instituições estabilizadoras da língua, aliada à baixa taxa de escolaridade durante muitas décadas, ou séculos até, contribuiu para a emergência de uma língua popular bastante afastada dos padrões tradicionais da escrita dita correta. E lembramos de novo a atuação importante das mudanças impulsionadas pelo contato lingüístico tanto com as línguas indígenas, como com as línguas de imigrantes africanos ou europeus, fator praticamente inexistente na história dos tempos modernos em Portugal, e na península ibérica em geral. Tais influências se deram em todos os níveis da língua: lexical, morfosintático, fonético e prosódico. O nível lexical apresenta diferenças evidentes, as quais já constituem uma base popularizada para um acervo de piadas centradas nas particularidades divergentes dos falares lusos e brasileiros.⁴

A INTEGRAÇÃO DA VARIANTE BRASILEIRA NA DERIVA ROMÂNICA: ALGUNS FATOS

Gostaríamos aqui de aproveitar a descrição das mudanças gerais que caracterizam o português do Brasil e a sua história para mostrar que essas se integram perfeitamente numa deriva mais geral, que não é senão a ampla deriva românica.

Uma mudança importante se deu, no início da nossa era, em baixo-latim, quando a oposição entre vogais longas e curtas deixou de ser significativa; apenas alguns raros casos de oposição significativa sobreviveram no romance gaulês, que um dia ia se tornar o francês moderno.⁵ De modo geral, todas as línguas românicas substituíram o sistema da duração vocálica por um sistema baseado na intensidade vocálica, ou seja, passou-se a atribuir um valor distintivo ao acento tônico, o que não era o caso do latim clássico. No Brasil é sempre citado o exemplo das três palavras distintas *sábia* (adjetivo feminino,

⁴ Se boa parte do acervo de piadas no Brasil encenam portugueses —como na França os belgas constituem atores privilegiados de boa parte da coleção de piadas que ali circulam— uma proporção importante deste acervo brinca com diferenças lingüísticas entre os falantes dos dois países.

⁵ Em particular se manteve a oposição entre *[i]* longo e *[i]* breve, como, por exemplo: «*si*» (= *se*, ou *sim*) x «*scie*» (*serrote*); «*lit*» (*cama*, ou *le*) x «*lie*» (= *liga* ou *bagaço*); «*fit*» (*fêz*) x «*fille*» (*moça*).

quem está com sabedoria), *sabia* (forma do imperfeito do verbo *saber*) e *sabiá* (pássaro da fauna brasileira, famoso pelo beleza do canto), para ilustrar a importância da colocação do acento tônico.

Mas o ponto ao qual queremos chegar aqui diz respeito às consequências da generalização da substituição da vogal longa pela vogal tônica nas línguas românicas. A maioria das unidades lexicais passaram a ser paroxítonas, já que a maioria das palavras latinas apresentavam uma vogal longa na penúltima sílaba. Acontece que era justamente a última sílaba que apresentava as marcas morfológicas tanto verbais quanto nominais, de pessoa, de modo, de tempo, de gênero, de número, e de caso. O problema funcional que surge então resulta do fato de essas marcas se encontrarem numa sílaba pós-tônica, portanto de baixa saliência fônica, logo, frequentemente não são sempre claramente percebidas pelo interlocutor. Imagina-se facilmente que o próprio locutor, ao antecipar a eventual falha de comunicação, já lançava mão de uma marca suplementar, tal como um pronome sujeito enfático ou um demonstrativo, que resultaram nos nossos pronomes pessoais e nos nossos artigos.⁶

Assim sendo, ocorreu nas línguas românicas uma duplicação das marcas, das quais, de acordo com os princípios ou «leis» da economia funcional, uma delas era fadada a desaparecer. E assim foi, em francês, já que na sua modalidade oral, há mais de quinhentos anos que o «s» do plural não existe mais, assim como nos verbos desapareceram as marcas finais de pessoa que, embora mantidas na escrita, foram canceladas na língua oral, enquanto o dito pronome sujeito se tornou antes de tudo uma marca flexional anterior (à «esquerda» da forma verbal). De modo que podemos dizer que as marcas flexionais, tanto nominais como verbais, passaram da «direita» para a «esquerda», chamadas de forma criticável pela gramática convencional de artigos e de pronomes sujeitos, em quanto na realidade seriam meros morfemas.⁷

UNS EXEMPLOS: DA DERIVA HISTÓRICA DO FRANCÊS À DERIVA CONTEMPORÂNEA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A referência à língua francesa se revela pertinente na medida em que se trata da língua românica que foi mais adiante na incorporação das inovações resultando da deriva, embora conservando a memória de estados anteriores na escrita. O que ocorre na língua falada no Brasil são exatamente os mesmos fatos de deriva, com mostraremos aqui com alguns exemplos.

A passagem «à esquerda» da marca flexional da pessoa no verbo (em francês)			
Português «literário»	Francês (modalidade escrita)	Francês, modalidade oral (registro comum, transcrição convencional)	Francês, realização oral (registro comum, transcrição fonética)
<i>amo</i>	<i>j'aime</i>	<i>j'aime</i>	[^h dʒɛm]
<i>amas</i>	<i>tu aimes</i>	<i>t'aimes</i>	[tɛm]

⁶ Por exemplo: «*ille dominus*» > «*il donno*» (em italiano); «*ego facio*» > «*eu faço*» (em português); mas a tradução certa da mesma expressão em latim dito clássico ou literário, deveria ser: «*quanto a mim, eu sei*».

⁷ O fato de *je* ou *tu* não poderem constituir palavras independentes como *eu*, *tu*, ou *você* (tem que se usar *moi* ou *toi*), o que tende a comprovar o caráter morfêmico dos ditos «pronomes sujeitos».

<i>ama</i>	<i>il aime</i> (antigamente: <i>il aiment</i>)	<i>il aime</i>	[ilɛm]
<i>amamos</i>	<i>nous aimons</i>	<i>on aime</i>	[onɛm]
<i>amais</i>	<i>vous aimez</i>	<i>vous aimez</i>	[vuze'me]
<i>amam</i>	<i>ils aiment</i>	<i>i z' aiment</i>	[i'zɛm]

Podemos observar que o núcleo do verbo, na realização oral, ficou desprovido de terminação pessoal, permanecendo em cinco pessoas com a forma fixa [ɛm], e apenas com uma forma diferente: [dʒɛm]. Ao mesmo tempo, a presença de uma marca anterior se tornou regra obrigatória, marca chamada de forma um tanto errônea de pronome pessoal (*je, tu, etc.*), uma regra que (ainda) não está vigente em outras línguas românicas como o castelhano ou o português.

Do mesmo modo, podemos verificar a transferência da marca nominal de número para a esquerda, fato homologado pela norma gramatical do francês oral moderno, inclusive na sua variante «cultura», como vemos no exemplo a seguir:

A passagem «à esquerda» da marca morfológica de número e definição\indefinição no nome (em francês)			
Português «literário»	Francês (modalidade escrita)	Francês, modalidade oral (registro comum, transcrição convencional)	Francês, realização oral (registro comum, transcrição fonética)
<i>o homem</i>	<i>l'homme</i>	<i>j'aime</i>	[lɔm]
<i>os homens</i>	<i>les hommes</i>	<i>les z'hommes</i>	[le'zôm]
<i>homem</i>	<i>un homme</i>	<i>il aime</i>	[œ'nôm]
<i>(uns) homens</i>	<i>des hommes</i>	<i>on aime</i>	[de'zôm]

Embora não seja (ainda) considerado como aceitável como norma padrão comum, são exatamente as mesmas construções que podem ser observadas na língua oral no Brasil:

A passagem «à esquerda» da marca flexional da pessoa no verbo (em português brasileiro)		
Português europeu	Português do Brasil (modalidade escrita dita «cultura»)	Português brasileiro, modalidade oral (variante considerada «baixa»)
<i>amo</i>	<i>(eu) amo</i>	<i>eu amo</i>
<i>amas</i>	<i>(você\o Sr.\a Sra) ama</i>	<i>tu ama, você ama</i>
<i>ama</i>	<i>(ele) ama</i>	<i>ele ama</i>
<i>amamos</i>	<i>a gente ama</i>	<i>nos\nus ama, a gente ama</i>
<i>amais</i>	<i>vocês amam</i>	<i>vocês amam</i>
<i>amam</i>	<i>(eles) amam</i>	<i>eles amam</i>

Constatamos aqui um processo ainda em curso, isto é, ainda não concluído, de eliminação do morfema marcador da pessoa verbal em situação pós-tônica, e da sua substituição por um morfema que antecede o núcleo do verbo, que se torna absolutamente obrigatório na modalidade oral considerada «baixa». Podemos até dizer que uma frase como *eu amo*,

em português tradicional europeu teria que ser traduzida em português brasileiro oral pela forma *eu, eu amo*, onde o primeiro *eu* seria o verdadeiro pronome (dito de ênfase), enquanto o segundo seria um mero morfema verbal marcador da 1ª pessoa do singular.

A passagem «à esquerda» da marca morfológica de número e definição\indefinição no nome (em português brasileiro)		
Português do Brasil (modalidade escrita dita «cultura»)	Português do Brasil (modalidade oral transcrita)	Português brasileiro, modalidade oral (variante considerada «baixa»)
<i>o homem</i>	[u'ɔmɛ]	[u'ɔmẽ]
<i>os homens</i>	[u'zɔmɛs]	[u'zɔmẽ]
<i>um homem</i>	[u'ɔmɛ]	[ũ'ɔmẽ]
<i>homens</i>	[u'zɔmɛs]	[ũ'zɔmẽs]

Algumas observações devem ser feitas a respeito do quadro acima. Podemos ver que a marca saliente do plural cabe ao fonema [z], pretônico, que antecede o núcleo do nome. Na variante considerada baixa, a segunda marca do plural, o [s] pós-tônico desaparece completamente, de modo que nos encontramos aqui numa situação absolutamente semelhante à do francês. De modo geral, parece que as classes sociais menos favorecidas demonstram um papel pioneiro na deriva da língua, enquanto as camadas mais favorecidas e mais educadas se consideram geralmente como os depositários da «pureza» da língua, que deve ser conservada na medida do possível. No caso do exemplo das marcas do plural, o imaginário do falante faz com que esse, na corrente da fala, deixa de pronunciar o [s] final, apesar de estar convencido do contrário.⁸

O PAPEL DA FUNÇÃO IDENTITÁRIA DA LÍNGUA NA MUDANÇA E NA VARIAÇÃO

Uma função importante das línguas diz respeito ao seu papel identitário. Quando os estados nacionais modernos emergem, a partir do século XVI, a língua constituirá um mito importante na construção da identidade nacional, como parte essencial da ideologia que vai legitimar a consolidação paralela do estado capitalista moderno. Tal dimensão mítica e representacional tem que ser levada em conta nos estudos de caráter sociolinguístico que devem medir o seu impacto na própria língua, e na sua variação em particular.

Quando o Brasil se afirmou em 1822 como nação independente, o país se constituiu em império, cujo primeiro monarca, D. Pedro 1º, não era senão o filho de João VI, rei de Portugal,⁹ o qual havia se refugiado no Rio de Janeiro na ocasião da invasão da península ibérica pelas tropas francesas de Napoleão. Pedro, que era príncipe regente do Brasil, foi levado a proclamar a independência do país quando Portugal pretendeu restabelecer o «pacto colonial». Entretanto, não tardou a se tornar impopular entre os ricos proprietários escravocratas¹⁰ e teve que abdicar para deixar a coroa imperial com o filho de seis anos.

⁸ No caso, como se constata através de gravações da fala, o [s] do plural, se mentalizado, não tem correspondente realidade fonética no falante.

⁹ Ao fazer do Rio de Janeiro a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI reconhecia *de facto* a independência do Brasil no âmbito desta nova União. Ficou ainda residindo no Brasil seis anos após a derrota de Napoleão e a retirada dos franceses de Portugal. Entretanto, sob a pressão das insituições portuguesas, após a morte da mãe, rainha de Portugal, teve que voltar a Lisboa em 1921, deixando no Rio o seu filho Pedro, que se tornou Príncipe Regente do Brasil.

¹⁰ Ao contrário do que geralmente se lê nos manuais de história, Pedro 1º não era um monarca autoritário e retrógrado, desejoso de estabelecer uma monarquia absoluta no império. Ao contrário, era uma figura extremamente popular, antiracista e anti-escravagista, tendo recebido uma educação impregnada do espírito do Iluminismo. Mas a

Partiu para Lisboa, onde se tornou rei de Portugal —país contra o qual havia se revoltado!— sob o nome de Pedro IV.

Tamanho *imbroglio* explica as dificuldades encontradas pelo jovem estado-nação se achar e consolidar uma identidade nacional que o distingüia definitivamente da antiga potência colonizadora. O estado era controlado por elites descendentes de portugueses, porém a maioria da população mal falava a língua portuguesa, já que a *Língua Geral* havia sido banida apenas pouco tempo antes. A política de imigração¹¹ vai contribuir para a implantação das línguas européias mais diversas, sem falar da sobrevivência das línguas indígenas, inclusive da língua crioula de base tupi já mencionada, o *nheengatu*.

UMA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA MÚLTIPLA

Constatamos assim que a pluralidade lingüística brasileira consiste menos em variantes da língua oficial dentro do territorial nacional de que num mosaico de línguas de origens mais diversas, que convivem com o português. Esse quadro constitui uma particularidade do país, com fraca variação dialetal da língua dominante, mas com a presença de uma multidão de línguas tanto indígenas como provenientes de todos os continentes, da Europa, da Ásia e da África. Tal situação é própria de um país com uma história de imigração, mas sobretudo torna mais complexa e frágil a instrumentalização da realidade lingüística para a construção da identidade nacional imaginada, para retomar os termos de Benedict Anderson (1983). Até hoje, a discussão a respeito da língua nacional (ou melhor, das línguas nacionais) continua, e se reflete em seguidas propostas de modificações constitucionais.

A tradição empreendida pelos jesuitas de apoiar o trabalho missionário em conhecimentos lingüísticos e traduções nas línguas locais foi retomada pelo Summer Institute of Linguistics (<http://www.sil.org/>) que, apesar de perseguir objetivos contestáveis de evangelização, desenvolveu um trabalho considerável, lá onde o estado nacional se mostrara omissa, no melhor dos casos, ou repressor, quando pretendia impor à força uma tal de língua nacional, o português, que não era senão uma língua estrangeira que havia adquirido o título de língua oficial por circunstâncias históricas no decorrer das quais o povo não teve nenhum papel quanto à legitimação de tal escolha.

Hoje em dia está sendo desenvolvido um trabalho empreendido poucos anos atrás, de (re)descoberta das línguas praticadas pelos brasileiros, sejam eles indígenas ou filhos de imigrantes. Vale a pena notar que muitas dessas línguas, apesar de se originar do Velho Continente, já desapareceram da Europa, enquanto continuam vivas no Brasil. Para citar apenas um exemplo, uma variante alemã, o pomerano, continua sendo falado no estado de Espírito Santo, mais precisamente por agricultores da localidade de Santa Teresa e nos arredores, enquanto a mesma língua deixou de existir na Europa, onde até a terra da Pomerânia desapareceu dos mapas ao ser anexada pela Polônia, com a expulsão das suas populações germanófonas.

questão da economia agrária do Brasil baseada na escravidão vai derrubar todos os governantes que a ela se opunham. Apenas a imigração maciça de mão-de-obra européia —e asiática— vai conseguir diminuir a influência política dos escravocratas, no final do século XIX.

¹¹ A facilitação da imigração européia visava atender a dois objetivos: o primeiro, dando satisfação aos temores racistas, pretendia branquear a população brasileira, que estava se tornando «perigosamente» negra; e o segundo, de reduzir o poder escravocrata através da importação de uma mão-de-obra barata que, no final das contas, custava menos do que a manutenção de um capital de escravos, que não podiam adoecer, por exemplo, sem causar um sério prejuízo aos proprietários...

PARA CONCLUIR

Esse rápido percurso através da história do Brasil e das suas línguas permite uma refocalização da questão das línguas oficiais ou nacionais, que não se limite a esse país. Com efeito, podemos generalizar e sobretudo relativizar a importância da língua escrita na construção das identidades nacionais, já que, na própria Europa, a aquisição da língua oficial por parte da maioria da população é recente —final do século XIX no que diz respeito à Europa ocidental— tanto a modalidade oral como a escrita. O mito elaborado era o das velhas raízes da alma nacional, que se alicerçavam em parte na crença numa língua nobre, legitimada por obras literárias tais como as de Dante, Camões, Luther, Racine ou Cervantes.

Entretanto, a nação brasileira ficou um tanto órfã, nesta busca de raízes legitimadoras. Houve algumas propostas no sentido de estabelecer a partir da *Língua Geral*, ou seja uma *pidgin* de base tupi, uma variante consolidada oficial «literária», paralelamente à corrente indianista que ficou na moda no século XIX. Tal projeto romântico não vingou, e nem poderia ter sucesso, por ter que enfrentar o positivismo eurocêntrico que deveria oferecer garantia para a modernização do país. Entretanto, houve conflito entre de um lado os partidários de uma língua portuguesa unificada, embora acolhendo variantes locais tanto européias como brasileiras, e do outro os torcedores por um português marcadamente brasileiro.¹² Debate hoje ultrapassado, face à multiplicação de variantes identitárias mais sociais, etárias e de registro, que cada vez mais encontram a sua versão escrita, nas produções efêmeras que circulam na internet, por exemplo —o modo que seria o caso de, como já mencionamos, inverter o ditado latino: *scripta volant, verba manent*.

O interesse de se estudar a emergência relativamente tardia da língua portuguesa no Brasil, dos conflitos e contatos entre variantes ou outras línguas no nosso país, e do *status* de língua oficial, reside exatamente no fato de apresentar, de forma mais evidenciada, pseudo-fenômenos e construção de mitos lingüísticos, que geralmente são tidos como fatos, e entretanto não passam pelo crivo crítico suscetível de questionar a sua legitimidade.

UMAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict (2000 [1983]), *Imagined Communities*, Londres/New York, Verso.
- AUROUX, Sylvain (1992), *A revolução tecnológica da gramaticização*, Campinas, Unicamp.
- BALIBAR, Étienne, Immanuel WALLERSTEIN (2007), *Race, nation, classe; les identités ambiguës*, Paris, La Découverte.
- BERENBLUM, Andrea (2003), *A invenção da palavra oficial; identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*, Belo Horizonte, Autêntica.
- GOODY, Jack (2007), *Theft of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JOSEPH, John E. (2004), *Language and Identity. National, Ethnic, Religious*, New York; Londres, Palgrave Macmillan.
- JURT Joseph (org.) (2001), «Die Konstruktion nationalen Identitäten in Europa (18. bis 20. Jahrhundert)», *Forschungen zur westeuropäischen Geschichte, Band 28/3*, Stuttgart, Jan Thorbecke Verlag.
- NARO, Anthony Julius, Maria Marta Pereira SCHERRE (2007), *Origens do português brasileiro*. São Paulo, Parabola Editorial, 2007.

¹² Foi apenas em 1945 que a constituição brasileira definiu a língua portuguesa como sendo a língua «nacional», desistindo assim de vez de chamá-la de língua «brasileira».

-
- OELSNER, Miriam (2002), *A linguagem como instrumento de dominação – Victor Klemperer e sua obra LTI – Lingua Tertii Imperi*, São Paulo, Banco de Teses da USP.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) (2003), *Discurso fundador; a formação do país e a construção da identidade nacional*, Campinas, Pontes.
- PESSOA, Fernando (1999 [1997]), *A língua portuguesa*, São Paulo, Schwarcz.
- RENAN, Ernest (1869), *Qu'est-ce qu'une nation?*, Paris, Mille et Une Nuits.
- THIESSE, Anne-Marie (2001 [1999]), *La création des identités nationales; Europe XVIIIe–XXe siècle*, Paris, Seuil.